



História em tempos de autoritarismo: sujeitos e práticas

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v22i3.45928>

Márcia Elisa Teté Ramos

Universidade Estadual de Maringá, UEM, Brasil. E-mail: metraramos@uem.br

Para o VIII Congresso Internacional de História e a XXII Semana de História da Universidade Estadual de Maringá realizado de 9 a 11 de outubro de 2017, objetivou-se tratar de centenários como da Revolução Russa, Revolução Mexicana, Primeira Greve Geral do Brasil e aparição de Nossa Senhora de Fátima em Portugal. Neste contexto pensou-se em uma mesa de discussão sobre ensino e aprendizagem histórica, considerando mais de um século de implementação da disciplina da História no âmbito da escola pública. Nestes aproximadamente cem anos, a resposta para a questão “Para quê ensinar História?”, configurou-se em diferentes modelos. Mérito da organização do evento foi pensar em uma discussão que refizesse esta pergunta, especialmente quando se tem consciência de que nosso contexto histórico está permeado pela irracionalidade histórica na sua interface com o desrespeito e incompreensão sobre o Outro.

Há que se lembrar também que, geralmente, os eventos de grande monta “esquecem-se” da área de ensino e aprendizagem histórica como lugar de pesquisa histórica. Ainda se tem a ideia de que falar sobre ensino de história seria propor formas didático-pedagógicas de trabalhar determinado conteúdo histórico – não que isto também não fosse importante –, mas a opção foi a de privilegiar a reflexão sobre a função social do ensino e aprendizagem histórica. Inicialmente o título da mesa seria “Ensino de História em tempos de autoritarismo: sujeitos e práticas”. Digo “inicialmente”, pois quando nos apropriamos dos textos advindos da discussão desta mesa, notamos que a ideia de “ensino de história” ultrapassa o universo escolar. É claro o entendimento de que se aprende História em uma multiplicidade de esferas sociais, não apenas nos ambientes escolares institucionalizados, o que nos remete à concepção de “formação histórica” vinculada a uma dada cultura. Assim, o título deste

dossiê passou a ser “História em tempos de autoritarismo: sujeitos e práticas”, mais afeito ao teor do debate, na medida em que para os três partícipes da mesa, o autoritarismo quando relacionado ao ensino de história não é apenas um conteúdo histórico a ser ensinado na escola, mas a ser considerado levando em conta os saberes históricos – ou pseudo-históricos - , que por ora circulam na sociedade.

David Velázquez Seiferheld apresenta um vasto currículo de produção relacionada à História da Educação no Paraguai, ressaltando a Reforma Educativa entre 1925 e 1931 baseada na Escola Nova. O liberalismo também é pauta de estudo em vários textos deste pesquisador, assim como o autoritarismo, a educação e a História do Paraguai. O autor também se sobressai no campo das práticas “militantes”, já que integra a Coordinadora Latinoamericana y del Caribe de Pequeños Productores en el Comercio Justo, assim como denuncia a violência contra indígenas e mulheres. Resta dizer que o autor atua profissionalmente em variados locais, que vão desde o Comité Paraguayo de Ciencias Históricas até a Revista del Ateneo Paraguayo. No texto que o autor apresenta neste dossiê, retoma legislações e procedimentos utilizados pelo Estado de 1936 a 1989 para normatizar, moldar e reprimir professores e jovens estudantes, desta forma, procurando deter a possibilidade de dissensos/contestações.

Ronaldo Cardoso Alves, docente do curso de História da Universidade Estadual Paulista de Assis e do Mestrado em História Social na Universidade Estadual de Londrina, dedica-se aos estudos sobre consciência histórica dos jovens estudantes utilizando-se de Reinhart Koselleck para referenciar seus trabalhos, considerando o campo da filosofia da história denominado pela vertente alemã de Didática da História. Seus projetos de pesquisa, ensino e extensão, em geral, são decorrentes de sua preocupação com a Educação de Jovens e Adultos e com metodologias para o ensino de história. Em seu artigo, Ronaldo Cardoso Alves trata da aprendizagem histórica tendo como ideia-chave a construção da autonomia crítica por intermédio dos procedimentos próprios da História como Ciência. Interessante que o autor se utiliza da Didática da História alemã, mas também faz referência a Paulo Freire, educador hoje defenestrado pela extrema-direita brasileira, mas ainda pertinente se quisermos discutir autonomia crítica.

Márcia Elisa Teté Ramos é docente do curso de graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, do Mestrado Profissional em Ensino de História e do Mestrado em História Social na Universidade Estadual de Londrina. A autora trabalha usos públicos da História, o que recentemente se convencionou chamar de História Pública, qual seja, a História não-especializada ou não acadêmica que perpassa o mundo da vida, na interdependência entre saberes escolares e extraescolares. Nesta vertente, já investigou as apropriações que os alunos fazem da História Oficial contada sobre as cidades de Londrina e de Maringá, bem como o pensamento conservador presentes em *blogs* e redes sociais. No texto do dossiê, utiliza-se da matriz disciplinar de Jörn Rüsen para pensar

a História divulgada nos “Guias Politicamente Incorretos da História” de Leandro Narloch, principalmente da História do Brasil, articulada com a História ensinada e a História científica.

Os três autores nos mostram: como os autoritarismos e seus mecanismos podem se instaurar historicamente na sociedade; como ideias autoritárias e anti-iluministas são gradualmente construídas e como podem ser desconstruídas com o antídoto da racionalidade históricas.

Por fim, Jean Carlos Moreno, comentarista destes três textos, é docente do curso de História da Universidade Estadual do Norte do Paraná, campus de Jacarezinho e do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Sua especialidade é a discussão que envolve as disputas públicas em torno dos saberes históricos considerados válidos de serem ensinados, seja isto posto nos currículos de história ou nos livros didáticos de história. O interesse de Jean Carlos Moreno também recai na cognição histórica, nas metodologias para o ensino de história e nas políticas públicas para educação o que se desdobra atualmente no questionando da Base Nacional Comum Curricular de História.

Em síntese, as preocupações de todos estes autores são com a escola de uma democracia, e que por isso, seja capaz de construir o pensamento crítico fundamentado, que tenha condições de apreender os limites e as possibilidades de mudança desta sociedade.